

TERMO DE REFERÊNCIA

BENS COMUNS, LEI 14.133/2021.

1. DO OBJETO

- 1.1. O presente Termo de Referência visa Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de gêneros alimentícios, destinados à merenda escolar da rede municipal do Ensino Básico do Município de Belém do São Francisco-PE, com entrega parcelada, durante 12 (doze) meses, conforme solicitação expressa da Secretaria Municipal de Educação, conforme tabela, condições e exigências estabelecidas neste instrumento
- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação são de qualidade comum, não superior à cumprir as finalidades às quais se destinam, não se enquadrando como sendo de bem de luxo, nos termos do artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DE CONSUMO

- 2.1. O custo estimado total da contratação é de R\$1.437.783,64 (um milhão, quatrocentos e trinta e sete mil, setecentos e oitenta e três reais e sessenta e quatro centavos) conforme custos unitários descritos na tabela abaixo.

ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO					
Item	Descrição	Unidade	Quant.	R\$ Unit.	R\$ Total
1	CARNE BOVINA, moída, de primeira qualidade sem gordura e congelada. (embalagem á vácuo com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso). Embalagem de 500g. Inspeccionada pelo Ministério da agricultura do Brasil (SIF).	PACOTE	9.880	R\$ 7,96	R\$ 78.644,80
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria de Educação e Desportos Quantidade: 9.880,00 Valor Total R\$ 78.644,80					
2	CARNE BOVINA, acém, sem gordura e resfriada. (embalagem á vácuo com identificação o produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso). Embalagem em kg. Inspeccionada pelo Ministério da agricultura do Brasil (SIF).	KG	2.000	R\$ 37,57	R\$ 75.140,00
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria de Educação e Desportos Quantidade: 2.000,00 Valor Total R\$ 75.140,00					
3	FÍGADO BOVINO, (inteiro resfriado de 1ª qualidade, com identificação do produto). Marca do Fabricante e prazo de Validade. Inspeccionada pelo Ministério da agricultura do Brasil (SIF). Embalagem kg.	KG	2.526	R\$ 23,32	R\$ 58.906,32
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria de Educação e Desportos Quantidade: 2.526,00 Valor Total R\$ 58.906,32					
4 (A.C)	FRANGO CONGELADO (PEITO DE FRANGO), de primera qualidade, sem osso, não temperado, congelado, apresentando consistência firme, com cor, cheiro e sabor próprio, isentos de sujidades, parasitas e materiais estranhos, embalada em bandeja de 01kg, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e Alvará da Vigilância Sanitária da sede do licitante. Inspeccionada pelo Ministério da agricultura do Brasil (SIF).	KG	6.477	R\$ 23,22	R\$ 150.395,94
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria de Educação e Desportos Quantidade: 6.477,00 Valor Total R\$ 150.395,94					
5 (C.R.)	FRANGO CONGELADO (PEITO DE FRANGO), de primera qualidade, sem osso, não temperado, congelado,	KG	2.158	R\$ 23,22	R\$ 50.108,76

)	apresentando consistência firme, com cor, cheiro e sabor próprio, isentos de sujidades, parasitas e materiais estranhos, embalada em bandeja de 01kg, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e Alvará da Vigilância Sanitária da sede do licitante. Inspeccionada pelo Ministério da agricultura do Brasil (SIF).				
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria de Educação e Desportos Quantidade: 2.158,00 Valor Total R\$ 50.108,76				
6 (A.C)	OVO BRANCO DE GALINHA, de primeira qualidade, produto fresco de ave de galinha, tipo extra pesa a caixa com 30 unid 1.620g no mínimo, tendo peso unitário mínimo de 50g e máximo de 54g. Não deverá apresentar manchas ou sujidades, de tamanho uniforme e cor branca, proveniente de granja sobre inspeção oficial, devendo atender as exigências do regulamento interno de inspeção de produtos de origem animal- RIISPOA /MA pelo Ministério da agricultura do Brasil (SIF).	CARTELA	2.852	R\$ 21,13	R\$ 60.262,76
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria de Educação e Desportos Quantidade: 2.852,00 Valor Total R\$ 60.262,76					
7 (C.R.)	OVO BRANCO DE GALINHA, de primeira qualidade, produto fresco de ave de galinha, tipo extra pesa a caixa com 30 unid 1.620g no mínimo, tendo peso unitário mínimo de 50g e máximo de 54g. Não deverá apresentar manchas ou sujidades, de tamanho uniforme e cor branca, proveniente de granja sobre inspeção oficial, devendo atender as exigências do regulamento interno de inspeção de produtos de origem animal- RIISPOA /MA pelo Ministério da agricultura do Brasil (SIF).	CARTELA	950	R\$ 21,13	R\$ 20.073,50
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria de Educação e Desportos Quantidade: 950,00 Valor Total R\$ 80.336,26					
8 (A.C)	CHARQUE ENVAZADA, ponta de agulha à vácuo embalagem de 5kg, de 1ª qualidade, (no máximo 10% de gordura), embalada em saco plástico vácuo transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo, acondicionado em caixas lacradas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. O produto deverá apresentar validade mínima de 1 mês a partir da data da entrega.	KG	4.614	R\$ 28,94	R\$ 133.529,16
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria de Educação e Desportos Quantidade: 4.614,00 Valor Total R\$ 133.529,16					
9 (C.R.)	CHARQUE ENVAZADA, ponta de agulha à vácuo embalagem de 5kg, de 1ª qualidade, (no máximo 10% de gordura), embalada em saco plástico vácuo transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo, acondicionado em caixas lacradas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. O produto deverá apresentar validade mínima de 1 mês a partir da data da entrega.	KG	1.538	R\$ 28,94	R\$ 44.509,72
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria de Educação e Desportos Quantidade: 1.538,00 Valor Total R\$ 44.509,72					
10	POLPA DE FRUTA SABOR ACEROLA, é o produto obtido por esmagamento das partes comestíveis de frutas carnosas por processos tecnológicos adequados. o produto deve ser preparado com frutas sãs, limpas e isentas de parasitos e de	KG	7.582	R\$ 7,60	R\$ 57.623,20

	detritos animais ou vegetais. Não deve conter fragmentos das partes não comestíveis da fruta, nem substâncias estranhas à sua composição normal, exceto as previstas nesta norma (resolução - cnnpa nº 12, de 1978). Será tolerada a adição de sacarose em proporção a ser declarada no rótulo. Polpa de fruta envasada a vácuo 100% natural, 100% pura, congelada em túnel de congelamento rápido, mantendo com isso toda a qualidade nutricional da fruta. Devendo ter controle de higiene sanitário, respeitando as característica organolépticas, físico-químicas, microscópicas e devendo obedecer a legislação sanitária vigente. Deverá ser entregue congelada e acondicionada em sacos plásticos embalagem de 01 kg, transparentes devidamente lacrado. O transporte das polpas deverá ocorrer por conta do fornecedor em recipiente com lacre para garantir o congelamento e a qualidade das polpas. A polpa de fruta deverá ser entregue em cada unidade informada pelo solicitante. Se algum sabor não tenha boa aceitação por parte dos alunos, a nutricionista responsável pela alimentação escolar entrará em contato com o fornecedor para a substituição do produto. A empresa deverá ao mapa. Registro da empresa no ministério da saúde.				
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria de Educação e Desportos Quantidade: 7.582,00 Valor Total R\$ 57.623,20					
11	POLPA DE FRUTA SABOR GOIABA, é o produto obtido por esmagamento das partes comestíveis de frutas carnosas por processos tecnológicos adequados. o produto deve ser preparado com frutas sãs, limpas e isentas de parasitos e de detritos animais ou vegetais. Não deve conter fragmentos das partes não comestíveis da fruta, nem substâncias estranhas à sua composição normal, exceto as previstas nesta norma (resolução - cnnpa nº 12, de 1978). Será tolerada a adição de sacarose em proporção a ser declarada no rótulo. Polpa de fruta envasada a vácuo 100% natural, 100% pura, congelada em túnel de congelamento rápido, mantendo com isso toda a qualidade nutricional da fruta. Devendo ter controle de higiene sanitário, respeitando as característica organolépticas, físico-químicas, microscópicas e devendo obedecer a legislação sanitária vigente. Deverá ser entregue congelada e acondicionada em sacos plásticos embalagem de 01 kg, transparentes devidamente lacrado. O transporte das polpas deverá ocorrer por conta do fornecedor em recipiente com lacre para garantir o congelamento e a qualidade das polpas. A polpa de fruta deverá ser entregue em cada unidade informada pelo solicitante. Se algum sabor não tenha boa aceitação por parte dos alunos, a nutricionista responsável pela alimentação escolar entrará em contato com o fornecedor para a substituição do produto. A empresa deverá ano mapa. Registro da empresa no ministério da saúde.	KG	2.055	R\$ 7,28	R\$ 14.960,40
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria de Educação e Desportos Quantidade: 2.055,00 Valor Total R\$ 14.960,40					
12	POLPA DE FRUTA SABOR MANGA, é o produto obtido por esmagamento das partes comestíveis de frutas carnosas por processos tecnológicos adequados. o produto deve ser preparado com frutas sãs, limpas e isentas de parasitos e de detritos animais ou vegetais. Não deve conter fragmentos das partes não comestíveis da fruta, nem substâncias estranhas à sua composição normal, exceto as previstas nesta norma (resolução - cnnpa nº 12, de 1978). Será tolerada a adição de sacarose em proporção a ser declarada no rótulo. Polpa de fruta envasada a vácuo 100% natural, 100% pura, congelada em túnel de congelamento rápido, mantendo com isso toda a	KG	4.268	R\$ 7,94	R\$ 33.887,92

	qualidade nutricional da fruta. Devendo ter controle de higiene sanitário, respeitando as características organolépticas, físico-químicas, microscópicas e devendo obedecer a legislação sanitária vigente. Deverá ser entregue congelada e acondicionada em sacos plásticos embalagem de 01 kg, transparentes devidamente lacrado. O transporte das polpas deverá ocorrer por conta do fornecedor em recipiente com lacre para garantir o congelamento e a qualidade das polpas. A polpa de fruta deverá ser entregue em cada unidade informada pelo solicitante. Se algum sabor não tenha boa aceitação por parte dos alunos, a nutricionista responsável pela alimentação escolar entrará em contato com o fornecedor para a substituição do produto. Registro da polpa no mapa. Registro da empresa no ministério da saúde.				
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria de Educação e Desportos Quantidade: 4.268,00 Valor Total R\$ 33.887,92				
13 (A.C)	Pizza Brotinho. Unidade com 200g	UNID	8.299	R\$ 8,06	R\$ 66.889,94
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria de Educação e Desportos Quantidade: 8.299,00 Valor Total R\$ R\$ 66.889,94				
14 (C.R.)	Pizza Brotinho. Unidade com 200g	UNID	2.766	R\$ 8,06	R\$ 22.293,96
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria de Educação e Desportos Quantidade: 2.766,00 Valor Total R\$ 22.293,96				
15	Pão, sedinha. Unidade com 50g	UNID	73.740	R\$ 0,86	R\$ 63.416,40
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria de Educação e Desportos Quantidade: 73.740,00 Valor Total R\$ 63.416,40				
16	Açúcar cristal alvo, Açúcar é a sacarose obtida de Saccharum, ou de Beta laba, L, por processos industriais adequados. Embalado em sacos plásticos íntegros hermeticamente fechados contendo 1 kg, em fardos. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 meses a partir da data da entrega na unidade requisitante.	KG	4.661	R\$ 5,17	R\$ 24.097,37
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria de Educação e Desportos Quantidade: 4.661,00 Valor Total R\$ 24.097,37				
17	Amido de milho, produto extraído do milho para preparo de mingau. Prazo de Validade mínimo de 06 meses contados da data da entrega. Pacote (caixinha) com 200g.	CAIXA	6.530	R\$ 3,95	R\$ 25.793,50
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria de Educação e Desportos Quantidade: 6.530,00 Valor Total R\$ 25.793,50				
18	Arroz, parbolizado, tipo 1, longo, constituídos de grãos inteiros, com teor de umidade máxima 15%, isento de sujidades e materiais estranhos, embalagem de 1 kg em sacos plásticos transparentes e atóxicos, limpos não violados, resistentes que garantam a integridade do produto até o momento do consumo, embalado em fardos. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.	KG	11.209	R\$ 5,77	R\$ 64.675,93
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria de Educação e Desportos Quantidade: 11.209,00 Valor Total R\$ 64.675,93				
19	Biscoito, tipo Maria, embalagem dupla com 350g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	PCT	4.208	R\$ 4,86	R\$ 20.450,88
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria de Educação e Desportos Quantidade: 4.208,00 Valor Total R\$ 20.450,88				

20	Biscoito, tipo Cream cracker, embalagem dupla com 350 g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	PCT	4.208	R\$ 5,02	R\$ 21.124,16
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria de Educação e Desportos Quantidade: 4.208,00 Valor Total R\$ 21.124,16					
21	Colorífico em pó fino homogêneo, obtido de frutos maduros de urucum, limpos, dessecados e moídos, de coloração amarela, com aspecto com cor, cheiro e sabor próprio, isento de materiais estranhos e a sua espécie, acondicionado em saco plástico transparente e atóxico, hermeticamente vedado e resistente, em embalagem de 100g embalado em caixa de papelão reforçado.	PCT	5.950	R\$ 1,34	R\$ 7.973,00
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria de Educação e Desportos Quantidade: 5.950,00 Valor Total R\$ 7.973,00					
22	Cominho, moído extraído de sementes de cominho de primeira qualidade, puro, com aspecto, cor, cheiro, sabor característicos, sem misturas, isentos de sujidades, parasitas e larvas. Embalagem de 100g, em sacos plásticos transparentes e atóxicos, limpos não violados, resistentes que garantam a integridade do produto até o momento do consumo. Acondicionados em fardos lacrados. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 05 (cinco) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.	PCT	5.950	R\$ 1,10	R\$ 6.545,00
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria de Educação e Desportos Quantidade: 5.950,00 Valor Total R\$ 6.545,00					
23	Extrato de tomate, produto resultante da concentração da polpa de tomate por processo tecnológico preparado com frutos maduros selecionados sem pele, sem sementes e corantes artificiais, isento de sujidades e fermentação, em embalagem tipo sachê de 300g sem vazamento, e outras alterações, acondicionadas em caixa de papelão limpa, íntegra, resistente, reforçada e lacrada. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. O produto deverá apresentar validade mínima de 10 (dez) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.	SACHÊS	13.024	R\$ 2,20	R\$ 28.652,80
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria de Educação e Desportos Quantidade: 13.024,00 Valor Total R\$ 28.652,80					
24	Folha de Louro, desidratada com 5g, constituído por folhas de espécimes vegetais genuínos, sãs, limpas e secas, aspecto folha seca, cor verde pardacenta, cheiro e sabor próprio. Acondicionado em saco de polietileno, íntegro, atóxico, resistente, vedado hermeticamente e limpo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote data de fabricação, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega na unidade. Pacote com 5g.	PCT	1.200	R\$ 1,72	R\$ 2.064,00
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria de Educação e Desportos Quantidade: 1.200,00 Valor Total R\$ 2.064,00					
25	Farinha de mandioca, com proteínas de 1,0 g, fibra alimentar 3,2 g. Tipo 1, classe branca e subgrupo fina, acondicionada em embalagem de polipropileno transparente, original de fábrica, com 1 kg, aspecto brilhoso, liso, fina, seca, isenta de matéria terrosa, fungos ou parasitas; livre de umidade e fragmentos	KG	1.200	R\$ 4,95	R\$ 5.940,00

	estranhos com validade para 12 meses.				
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria de Educação e Desportos Quantidade: 1.200,00 Valor Total R\$ 5.940,00				
26	Feijão mulatinho ou tipo carioca , tipo 1, novo, constituído de grãos inteiro e sadios com teor de umidade máxima de 15%, isento de material terroso, sujidade e mistura de outras variedades e espécies, embalagem de 1kg em sacos plásticos transparentes e atóxicos, limpos não violados, resistente que garantam a integridade do consumo. A embalagem deverá conter dados de identificação e procedência, informação nutricional, número de lote, data de validade, quantidade de produto deverá apresentar validade mínima de seis meses a partir da data de entrega na unidade requisitado.	KG	2.495	R\$ 7,40	R\$ 18.463,00
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria de Educação e Desportos Quantidade: 2.495,00 Valor Total R\$ 18.463,00				
27	Feijão de corda , tipo 1, novo, constituído de grãos inteiro e sadios com teor de umidade máxima de 15%, isento de material terroso, sujidade e mistura de outras variedades e espécies, embalagem de 1kg em sacos plásticos transparentes e atóxicos, limpos não violados, resistente que garantam a integridade do consumo. A embalagem deverá conter dados de identificação e procedência, informação nutricional, número de lote, data de validade, quantidade de produto deverá apresentar validade mínima de seis meses a partir da data de entrega na unidade requisitado.	KG	1.117	R\$ 6,92	R\$ 7.729,64
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria de Educação e Desportos Quantidade: 1.117,00 Valor Total R\$ 7.729,64				
28	Feijão preto, o produto deverá ser de primeira qualidade, estar de acordo com a NTA 02 e 14 (Decreto 12.486 de 20/10/78); Instrução Normativa nº 12, de 28 de março de 2008; RDC nº 259/2002 e Resolução FNDE nº 6 de 08/05/2020. Características: grãos novos, inteiros e são, de cor característica, maduros, limpos e secos, de produção de última safra. Isento de detritos animais ou vegetais, insetos, matéria terrosa, parasitas, grãos ou pedaços de grãos avariados, partidos, quebrados, mofados, ardidos, germinados, carunchados, imaturos, danificados por insetos, alfinetados, manchados, enrugados, descoloridos, amassados e isentos de matérias estranhas como grãos ou sementes de outras espécies. Embalagem primária: pacote plástico, atóxico, transparente, termosoldado e resistente, contendo 01 Kg, com prazo de validade e lote indelével. Embalagem secundária: fardo ou caixa, resistente, reforçado e lacrado. Rotulagem: deverá estar rotulado conforme legislação vigente.	KG	1.980	R\$ 6,76	R\$ 13.384,80
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria de Educação e Desportos Quantidade: 1.980,00 Valor Total R\$ 13.384,80				
29	Flocos de milho, pré cozido 100%, amarelo, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios com ausência de umidade, ranço, isento de sujidade, parasitas e larvas. Embalagem de 500g, em sacos plásticos transparentes e atóxicos, limpos e não violados, resistente que garantam a integridade do produto até o momento do consumo. A embalagem deverá conter os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número de lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de seis meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.	PCT	8.502	R\$ 1,80	R\$ 15.303,60
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria de Educação e Desportos Quantidade: 8.502,00 Valor Total R\$ 15.303,60				
30 (A.C)	Leite em pó integral, (Instantâneo)contendo pó integral, contendo no mínimo 26% de gorduras, embalado em pacotes	PCT	14.577	R\$ 7,80	R\$ 113.700,60

	de 200g, plásticos aluminizados, limpos não violados que garantam a integridade do produto até o momento do consumo. A embalagem deverá conter os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número de registro, o produto deverá apresentar validade mínima de 10 (dez) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.				
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria de Educação e Desportos Quantidade: 14.577,00 Valor Total R\$ 113.700,60					
31 (C.R.)	Leite em pó integral, (Instantâneo) contendo pó integral, contendo no mínimo 26% de gorduras, embalado em pacotes de 200g, plásticos aluminizados, limpos não violados que garantam a integridade do produto até o momento do consumo. A embalagem deverá conter os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número de registro, o produto deverá apresentar validade mínima de 10 (dez) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.	PCT	4.858	R\$ 7,80	R\$ 37.898,25
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria de Educação e Desportos Quantidade: 4.858,00 Valor Total R\$ 37.898,25					
32	Macarrão, vitaminado, espaguete, cor amarela, obtida pelo amassamento da farinha de trigo especial, ovo, e demais substâncias permitidas, isentas de corantes artificiais sujidades, admitidas umidade máxima de 13%. Embalagem de 400g, sacos plásticos transparentes atóxicos, não violados, resistentes que garantam a integridade do produto até o momento do consumo. A embalagem deverá conter os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de seis meses a partir da data de entrega na unidade requisitada.	UNID	10.748	R\$ 3,69	R\$ 39.660,12
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria de Educação e Desportos Quantidade: 10.748,00 Valor Total R\$ 39.660,12					
33	Margarina, margarina produzida exclusivamente de gordura vegetal, com adição de sal., em potes de polipropileno com lacre de papel aluminizado entre a tampa e o pote, resistentes, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo contendo peso líquido 500g. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.	UNID	182	R\$ 7,64	R\$ 1.390,48
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria de Educação e Desportos Quantidade: 182,00 Valor Total R\$ 1.390,48					
34	Milho Mungunzá, grãos de milho amarelo, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios com ausência de umidade, fermentação, ranço, isento de sujidades, parasitas e larvas. Embalagem de 500g, em sacos plásticos transparentes e atóxicos, limpos não violados, resistentes que garantam a integridade do produto até o momento do consumo, acondicionados em fardos lacrados. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 05 (cinco) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.	PCT	7.848	R\$ 3,44	R\$ 26.997,12
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria de Educação e Desportos Quantidade: 7.848,00 Valor Total R\$ 26.997,12					
35	Óleo de soja refinado, embalagem plástica limpas, isentas de	UNID	960	R\$ 8,92	R\$ 8.563,20

	ferrugem, não amassadas, sem estufamentos, resistentes, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo, contendo 900 ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. O produto deverá apresentar validade mínima de 10 (dez) meses a partir da ata de entrega na unidade requisitante.				
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria de Educação e Desportos Quantidade: 960,00 Valor Total R\$ 8.563,20					
36	Proteína Texturizada de Soja, tipo A média. Ingrediente: farinha desengordurada de soja. E corante natural caramelo, não contem glúten. Embalagem de 500g, sacos plásticos e atóxicos, tampos não violados, resistentes que garantam a integridade do produto até o momento do consumo, acondicionado em fardos lacrados. A embalagem de 500 g, deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, n° do lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante entrega na unidade requisitantes e com registro no Ministério da Saúde.	PCT	1.582	R\$ 6,83	R\$ 10.805,06
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria de Educação e Desportos Quantidade: 1.582,00 Valor Total R\$ 10.805,06					
37	Sal iodado, de mesa, embalagem 1 kg. Sal, moído e iodado, contendo cloreto de sódio, iodato de potássio e anti - umectante INS 535 (Ferrocianeto de sódio), constituído de cristais de granulação uniforme isentos de impurezas e umidade. Acondicionado em sacos de polietileno, integro, atóxico e resistente, vedado hermeticamente e limpo, contendo de um quilo de l peso liquido. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedências, informação nutricional, numero do lote, data de validade e quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante e com registro no Ministério da saúde.	KG	934	R\$ 1,10	R\$ 1.027,40
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria de Educação e Desportos Quantidade: 934,00 Valor Total R\$ 1.027,40					
38	Vinagre de álcool, embalagem unidade de 500 ml. Produto natural, fermentado acético simples e isento de corantes artificiais, de 1a. qualidade. Fermentado acético de álcool e água. Conservante: metabisulfito de sódio. Acidez volátil 4,0%.	UNID	940	R\$ 5,22	R\$ 4.906,80
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria de Educação e Desportos Quantidade: 940,00 Valor Total R\$ 4.906,80					
Valor Total				R\$ 1.437.783,64	

3. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. O fornecimento de alimentação escolar é um direito constitucional de todos os alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino durante os 200 dias letivos, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, trata a alimentação escolar como responsabilidade do Estado, em colaboração com o poder público local. Essa premissa também é destacada no artigo 1 da Resolução nº 26/2013 do FNDE, que estabelece: "A alimentação escolar é direito dos alunos da educação básica pública e dever do Estado, e será promovida e incentivada, com vista ao atendimento dos princípios e das diretrizes estabelecidas nesta Resolução" e deve estar em conformidade com as legislações pertinentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é um eixo fundamental para a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional no país, oferecendo uma alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis; desenvolvimento de ações de educação alimentar e nutricional; o direito à alimentação escolar, visando a garantir segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social.

O fornecimento de merenda escolar é uma medida fundamental para garantir a promoção de um ambiente educacional saudável e propício ao desenvolvimento integral dos estudantes. A merenda não é apenas uma necessidade básica; é uma ferramenta estratégica que impacta diretamente na qualidade da educação e no bem-estar dos alunos.

A merenda escolar desempenha um papel crucial na promoção da saúde e nutrição dos alunos, fornecendo os nutrientes essenciais para o crescimento físico e o desenvolvimento cognitivo. O acesso a refeições de qualidade cria um ambiente favorável, contribuindo para a redução da evasão escolar e incentivando a participação ativa dos estudantes nas atividades educacionais.

A disponibilidade de merenda escolar contribui para a promoção da igualdade de oportunidades, assegurando que todos os alunos, independentemente de sua condição socioeconômica, tenham acesso a uma alimentação adequada.

A merenda escolar é uma oportunidade valiosa para educar os alunos sobre hábitos alimentares saudáveis, influenciando positivamente suas escolhas ao longo da vida. Introduzir variedade e qualidade nos alimentos oferecidos promove uma alimentação equilibrada desde a infância.

O investimento no fornecimento de merenda escolar reflete um compromisso com a responsabilidade social, demonstrando preocupação com o bem-estar e o futuro dos estudantes. Contribuir para a formação integral dos alunos é um ato de cidadania que impacta positivamente a sociedade como um todo.

Diante desses argumentos, o fornecimento de merenda escolar não é apenas uma necessidade logística, mas uma estratégia educacional e social que visa proporcionar condições favoráveis ao desenvolvimento pleno dos estudantes. O investimento neste aspecto essencial contribui não apenas para a qualidade da educação, mas também para a construção de uma sociedade mais saudável e equitativa.

- 3.2. Mais detalhes quando a fundamentação da presente contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DO ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ORGANIZAÇÃO

- 4.1. A Prefeitura Municipal de Belém de São Francisco optou pela não elaboração do Plano Anual de Contratações, por essa razão a presente demanda não possui alinhamento com o planejamento da organização.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 5.1. A descrição da solução como um todo considerado o ciclo de vida do objeto e especificação do produto encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 6.1. Os requisitos da contratação, como critérios de sustentabilidade, indicação de marcas ou modelos, ou ainda a vedação de contratação de marca ou produtos encontram-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

7. DAS AMOSTRAS

- 7.1. Para a presente contratação não será obrigatória a apresentação de amostras por parte da licitante vencedora.

8. DA GARANTIA DE PROPOSTA

- 8.1. Não haverá exigência de garantia de proposta na presente contratação.

9. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. Será exigida a garantia da contratação nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, previamente à assinatura do contrato, garantia de execução contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.

A garantia poderá ser prestada nas modalidades previstas em lei, quais sejam:

- 9.2. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública
- 9.3. Seguro-garantia
- 9.4. Fiança bancária

- 9.5. A garantia terá por finalidade assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas, inclusive quanto a multas, indenizações e demais encargos decorrentes da execução contratual.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 10.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

11. DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS e REGIONALIZAÇÃO

- 11.1. Em conformidade com a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, em seu artigo 48, incisos I e III, alterados pela Lei Complementar 147, de 07 de agosto de 2014, esta licitação terá:

- 11.1.1. Os itens com valor estimado de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), deverão ser de participação exclusiva de Microempresas – ME, Empresas de pequeno porte – EPP, inclusive Microempreendedor Individual – MEI;

- 11.1.2. Reserva de Cota de até 25% (vinte e cinco por cento) para Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, inclusive Microempreendedor Individual – MEI.

- 11.1.3. Na licitação, deverá ser assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, que ofertar lance até 5% (cinco por cento) superior ao melhor lance, nos termos do §2º do art. 44 da LC 123/2006;

- 11.1.4. Na licitação, deverá ser assegurado a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no **ÂMBITO LOCAL ou REGIONAL**, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, nos termos do §3º do art. 48 da LC 123/2006, para fomento do comércio local/regional e promoção do desenvolvimento econômico e social, conforme Decreto Municipal nº 044/2025.

11.1.5. DA ADOÇÃO DO TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO

- 11.1.6. Nos termos do art. 1º do Decreto Municipal nº 044/2025, justifica-se a adoção de tratamento diferenciado e favorecido às microempresas (ME) e empresas de pequeno

porte (EPP) integrantes do cenário da geopolítica estadual, que concorrerão em caráter de exclusividade ao objeto do presente certame, nos termos do art. 5º, III do Decreto Municipal nº 044/2025.

11.1.7. A delimitação do cenário de conjunto de municípios ou de mesorregiões: Participação restrita a empresas sediadas nos municípios contidos nos cenários de geopolítica estadual eleitos no Edital, tais quais sejam Região de Desenvolvimento do Sertão de Itaparica - RD composta pelos municípios de: Belém do São Francisco, Carnaubeira da Penha, Floresta, Itacuruba, Jatobá, Petrolândia, Tacaratu;

11.1.8. 1.1.1. Promoção do desenvolvimento regional (art. 2º, I do Decreto Municipal nº 044/2025): a restrição para participação de empresas sediadas no cenário escolhido busca promover o desenvolvimento regional, incentivando a circulação de recursos na região;

11.1.9. 1.1. Em atendimento ao art. 5º, § 1º do Decreto Municipal nº 044//2025, a Equipe de Planejamento atesta a existência de, no mínimo, 03 (três) empresas ativas nos municípios abrangidos, com comprovada regularidade jurídica e fiscal, e capacidade técnica para execução dos serviços, o que assegura a competitividade e a economicidade da licitação, mesmo com a delimitação regional, conforme abaixo relacionadas:

1. SAVIO FERRAZ MERCADINHO ME., inscrita no CNPJ nº 41.251.430/0001-63, sediada em Itacuruba/PE;
2. FABIANO CORREIA LEAL, inscrita no CNPJ nº 03.459.842/0001-02, sediada em Floresta/PE;
3. SUPERMERCADO PRECO JUSTO LTDA, inscrita no CNPJ nº 48.488.524/0001-08, sediada em Floresta/PE.
4. GIVALDO CORDEIRO LIMA, inscrita no CNPJ sob o nº 40.851.180/0001-30, sediada em Jatobá/PE.
5. SANFRANCISCO COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 69.952.844/0003-09, sediada em Petrolândia/PE.
6. CICERO BATISTA DA SILVA PADARIA, inscrita no CNPJ 11.548.674/0001-41, sediada em Petrolândia/PE
7. INOVACAO TECNOLOGICA DO SERTAO DE ITAPARICA LTDA inscrita no CNPJ 42.881.170/0001-72, sediada em Floresta/PE.

11.1.10. Entre outras, as quais possuem ou possuíram contratos com o Poder Públicos voltados ao objeto deste certame.

11.1.11. Com base nos pontos acima, conclui-se que a adoção de tratamento diferenciado e favorecido às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) integrantes do cenário local encontra-se plenamente justificada, nos termos da legislação vigente, promovendo o equilíbrio regional, a justiça contratual e o atendimento ao interesse público.

12. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

- 12.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados do início da vigência que consta descrita no instrumento contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 12.1.1. O objeto do presente termo de referência é enquadrado como contínuo, sendo a vigência plurianual mais vantajosa conforme descrito em Estudo Técnico Preliminar.
- 12.1.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 12.2. Havendo necessidade o contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 12.3. O instrumento contratual oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 13.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Forma de fornecimento

- 13.2. O fornecimento do objeto será **PARCELADO**.

14. PROPOSTA DE PREÇOS

- 14.1. Os preços propostos deverão incluir todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer fretes, impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscal e previdenciário a que estiver sujeito, e demais custos que incidam, direta ou indiretamente, na execução do objeto a ser contratado;
- 14.2. A proposta de preço deverá conter a discriminação detalhada dos produtos ofertados, marca, modelo e fabricante, quando for o caso, quantidade solicitada, o valor unitário (numérico), valor total (numérico e por extenso), prazo de validade da proposta de no mínimo 90 (noventa) dias e prazo de entrega dos produtos.

15. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

- 15.1. **A HABILITAÇÃO JURÍDICA** será comprovada, mediante a apresentação da seguinte documentação:
 - 15.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
 - 15.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
 - 15.1.3. No caso de sociedade empresária, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;
 - 15.1.4. No caso de ser o participante sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
 - 15.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
 - 15.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

- 15.1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 15.1.8. No caso de atividade adstrita a uma legislação específica: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.
- 15.1.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 15.2. **A REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:
 - 15.2.1. **Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado, independente se a fase de habilitação irá ou não anteceder as fases de apresentação de propostas e lances.**
 - 15.2.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), através do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, emitido pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, comprovando possuir situação cadastral ativa para com a Fazenda Federal, ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
 - 15.2.3. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, comprovando possuir Inscrição Habilitada no cadastro de contribuintes estadual, ou Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal quando se tratar de prestador de serviço.
 - 15.2.4. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
 - 15.2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual;
 - 15.2.5.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
 - 15.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Municipal;
 - 15.2.6.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

- 15.2.7. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- 15.2.8. Prova de regularidade com a justiça trabalhista, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida por órgão competente da Justiça do Trabalho (conforme Art. 3º da Lei Nº 12.440/2011);
- 15.2.9. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- 15.2.10. Quando se tratar da subcontratação prevista no art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, a licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal, social e trabalhista das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização.
- 15.3. **HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**, que será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos:
 - 15.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial em caso de pessoas físicas, emitida até 60 (sessenta) dias antes da data da sessão pública ou que esteja dentro do prazo de validade constante da própria certidão;
 - 15.3.1.1. Caso admitida participação de Pessoas Físicas ou Sociedade Simples, deverá ser apresentada Certidão Negativa de Insolvência Civil, expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, desde que admitida a sua participação na licitação.
 - 15.3.2. Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
 - 15.3.2.1. Os documentos referidos no item acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
 - 15.3.2.2. As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso, devidamente registrado na forma da lei.
 - 15.3.2.3. As sociedades empresárias enquadradas nas regras da Instrução Normativa RFB nº 2003, de 18 de janeiro de 2021, que dispões sobre a Escrituração Contábil Digital – ECD, para fins fiscais e previdenciários poderão apresentar o balanço patrimonial e os termos de abertura e encerramento do livro diário, em versão digital, obedecidas as normas do parágrafo único do art. 2º da citada instrução quanto a assinatura digital nos referidos documentos, quanto a Certificação de Segurança emitida por entidade credenciada pela infraestrutura de Chaves Públicas – Brasileiras – ICP – Brasil.
 - 15.3.3. Declaração, assinada por Profissional área Contábil devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices

econômicos nos termos do §1º, art. 69 da Lei 14.133/2021, aplicando fórmulas da seguinte forma:

Índice de Liquidez Geral ($\geq 1,00$):

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

Índice de Liquidez Corrente ($\geq 1,00$):

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Índice de Solvência Geral ($\geq 1,00$):

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

- 15.3.4. Da análise dos documentos apresentados serão calculados os índices Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (LG), que deverão apresentar resultado igual ou superior a 1 (um).
- 15.3.5. As empresas que apresentarem resultado do quociente de capacidade econômico-financeira menor do que o exigido, quando de sua habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a administração, patrimônio líquido no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor total dos seus itens ofertados, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta através de índices oficiais.
- 15.3.6. O Microempreendedor Individual (MEI) que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123 de 2006 estará dispensado da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício;
- 15.4. A **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**, que será comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:
- 15.4.1. Comprovação de aptidão para fornecimentos equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado;
- 15.4.2. No (s) referido (s) atestado deverá, obrigatoriamente, constar a razão social/C.N.P.J./endereço/contato/nome e cargo de quem o emitiu.
- 15.4.3. Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial ou pelo próprio concorrente
- 15.4.4. Os atestados poderão ser diligenciados de acordo com a lei 14.133/2021;
- 15.4.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;
- 15.4.6. O fornecedor do serviço disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, Cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da

contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

- 15.5. Além das declarações constantes dos itens específicos acima a licitante deverá apresentar ainda as seguintes declarações, sob pena de inabilitação:
- 15.5.1. Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021);
 - 15.5.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, na forma da lei (art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021);
 - 15.5.3. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, na forma da lei (art. 63, § 1º, da Lei nº 14.133/2021).

16. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 16.1. O prazo de entrega dos itens, sempre que solicitado, será de 10 (dez) dias, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 16.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 16.3. Os bens deverão ser entregues na sede do Município de Belém de São Francisco em endereço indicado na Ordem de Fornecimento.
- 16.4. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, ou a metade do prazo total recomendado pelo fabricante.

Garantia, manutenção e assistência técnica

- 16.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).
- 16.6. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 16.7. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 16.8. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 16.9. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 16.10. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

- 16.11. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
- 16.12. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 16.13. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 16.14. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.
- 16.15. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

17. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 17.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 17.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 17.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, conforme endereço eletrônico informado pela contratada na sua proposta comercial.
- 17.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 17.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 17.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por: **Jaciara Fonseca Araújo - CPF 034.967.854-54** ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

- 17.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração
- 17.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (art. 117, §1º da Lei nº 14.133, de 2021).

- 17.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 17.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 17.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 17.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

- 17.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
 - 17.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

Gestor do Contrato

- 17.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 17.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 17.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 17.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 17.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 17.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 17.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela

fiscalização e gestão nos termos do contrato.

18. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 18.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Belém de São Francisco deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

ENTIDADE 13
PODER 03
ORGÃO 20
UNIDADE 01
FUNÇÃO 12
Sub Função 122
Programa 1222
Proj. Atividade 2862
Fonte 1500
Ficha 376 3.3.90.00.00

UNIDADE 03
FUNÇÃO 12
Sub Função 306
Programa 1221
Proj. Atividade 2067
Fonte 1552
Ficha 414 3.3.90.00.00

Proj. Atividade 2881
Fonte 1552
Ficha 415 3.3.90.00.00

Sub Função 361
Programa 1221
Proj. Atividade 2064
Fonte 1550
Ficha 417 3.3.90.00.00

19. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

- 19.1. O objeto será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega ou execução, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 19.2. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 19.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade executados e consequente aceitação mediante termo detalhado.

- 19.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 19.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 19.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 19.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

20. DOS CRITÉRIOS PARA PAGAMENTO

- 20.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma da seção anterior, prorrogáveis por igual período.
- 20.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 20.2.1. o prazo de validade;
 - 20.2.2. a data da emissão;
 - 20.2.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 20.2.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 20.2.5. o valor a pagar; e
 - 20.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 20.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.
- 20.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação das certidões de regularidade junto à Receita Federal do Brasil/Previdência, Trabalhistas, FGTS, Estado (dívida ativa e tributos), Município (dívida ativa e tributos), nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 20.5. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 20.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 20.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 20.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação fiscal.
- 20.9. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme item anterior.

- 20.10. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 20.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 20.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 20.12.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 20.13. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Belém de São Francisco - PE, 16 de Maio de 2026

LARAMIRE MARIA PEREIRA
CHEFE DO SETOR DE ARTICULAÇÃO
057/2025

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas



Código: e2ea692d-fd74-4fee-990e-cb5e159995b2

URL: <https://www.bid.startgov.com.br/validacao>

Lista de Assinaturas

LARAMIRE MARIA PEREIRA

CPF: 030.XXX.XXX-47

Tipo de assinatura: Assinatura Simples

Assinado em: 16/05/2026 14:34:19 (GMT-03:00)